



SABERES SILENCIADOS: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA FEMININA NOS MOVIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS GEOGRAFIAS DAS RACIALIDADES

Cíntia Cristina Lisboa da Silva

Adir Feliipe Silva Santos

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

O objetivo deste artigo é evidenciar as especificidades da produção científica feminina nos movimentos epistemológicos das geografias das racialidades. Para atingir este objetivo foi realizado um levantamento junto ao Observatório da Geografia Brasileira – OGB, que é um banco de dados que nos permite a busca da literatura geográfica brasileira publicada via artigos *online* entre o período de 1939 a 2019. Com o foco nas questões de racialidades, encontramos 452 artigos, no total de 25.430 artigos que compõem o OGB, ou seja, apenas 1,8% de toda a produção. O estudo realizado evidenciou que as geografias das racialidade se consolidaram a partir dos anos 2000, girando em torno do conceito de território. As mulheres trouxeram especificidades em diálogo como a abordagem de gênero, incorporando um debate crítico feminista e antirracista. Contudo, vale salientar que mesmo entre as mulheres há diferenciações no que se refere a forma de trabalhar e apresentar sua produção científica, em especial, a consideração das corporalidades.

Palavras-chave: Ciência, Geografia brasileira, Geografia e gênero, Geografias negras.

SILENCED KNOWLEDGE: THE FEMALE SCIENTIFIC PRODUCTION IN EPISTEMOLOGICAL MOVEMENTS OF RACIAL GEOGRAPHIES

ABSTRACT

This article aimed to evidence the specificities of the female scientific production in epistemological movements of racial geographies. To achieve such objective, we surveyed the Brazilian Geography Observatory (OGB – Observatório da Geografia Brasileira), which is a data base that allows users to access Brazilian geographical literature published via online articles from 1939 to 2019. With a focus on racial issues, we found 452 articles, out of a total of 25,430 articles that make up the OGB, that is, only 1.8% of the entire production. The study carried out evidenced that geography of racialities were consolidated from the

2000s onwards, mainly around the concept of territory. Women presented specificities in dialogue such as the gender approach incorporating a feminist critical and antiracist debate. However, it seems relevant to emphasize that even among women, there are differences regarding the way they work and present their scientific production, mainly when considering different types of corporeality.

Keywords: Science, Brazilian geography, Geography and gender, Black geographies.

INTRODUÇÃO

Reconhecemos a ciência como um conhecimento marcado por intenções, tendo em vista que a mesma é fruto de ideias originadas por pessoas, logo, possuindo corpo, ideologias e valores específicos. Desse modo, concordamos com Donna Haraway (1995) ao falar do conhecimento situado, entendido enquanto uma alternativa aos saberes totalizantes e relativos, justamente por se tratar de um conhecimento localizável, corporificado e parcial.

Ressaltamos que o saber situado é distinto a depender das pessoas e das suas respectivas experiências sociais e espaciais. Sendo assim, compreendemos que homens e mulheres possuem uma vivência diferente na produção do conhecimento científico, o que nos leva ao objetivo deste artigo que é o de evidenciar as especificidades da produção científica feminina nos movimentos epistemológicos das geografias das racialidades.

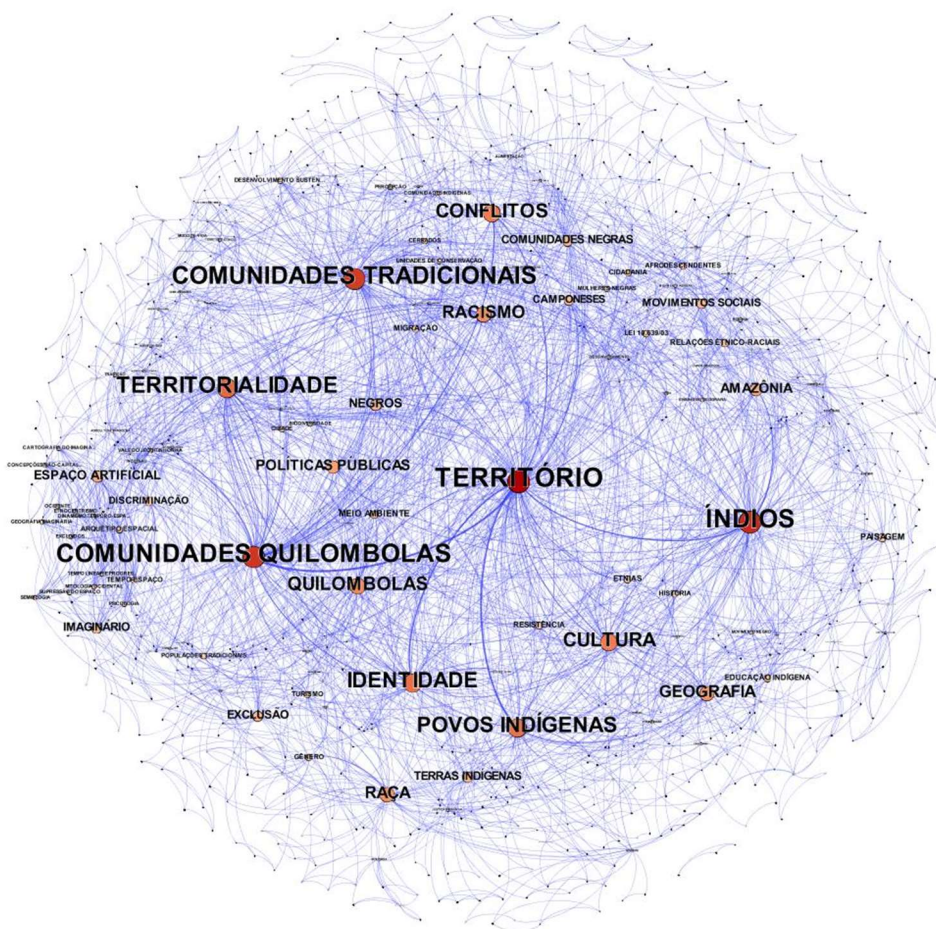
Para dar conta do objetivo traçado foi realizado um levantamento de dados no Observatório da Geografia Brasileira (OGB)ⁱ que é atualmente composto de 25.437 artigos, publicados em 98 revistas on-line (1939-2019) nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 de avaliação do Sistema Qualis-Capes (quadriênio 2013-2016). Nesse universo foram encontrados 452 artigos, resultado da busca a partir das seguintes palavras-chave que podem estar contidas no título, palavras-chave ou resumo: raça, racialidade, racismo, negro, negritude, etnicidade, etnia, quilombo, quilombola, indígena, comunidade tradicional, originária, índio, étnico-racial, movimento negro e Lei 10.639. Tomamos o universo de 1,8% da produção geográfica catalogada no OGB, ou seja, 452 artigos e realizamos uma sistematização com base nas ferramentas descritas em Silva e Silva (2016) em conjunto com a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) (HIGGINS; RIBEIRO, 2018; FERETTI; JUNCKES; CLEMENTE, 2018).

A análise dos artigos tomou por base palavras-chave, autorias por gênero, procedência institucional e regional, os periódicos em que os artigos foram publicados, bem como sua classificação no Sistema Qualis-CAPES e ano de publicação.

O conjunto de palavras-chave dos 452 artigos que envolvem as racialidades foram submetidas ao tratamento do *software OpenRefine*ⁱⁱ que permitiu, por meio de padronização, a redução do conjunto de vocábulos. Após o processamento, o conjunto foi submetido à metodologia de análise de redes sociais (ARS), com apoio do *software Gephi* 12ⁱⁱⁱ.

A rede inicial (bi-modal) expressa a relação entre as palavras-chave e os artigos. A rede foi composta de 1.252 nós, sendo estes 452 referentes à artigos e 800 de palavras-chave, ligados por 1.783 arestas. Esta rede inicial foi submetida a uma projeção multimodal, gerando a rede unimodal formada apenas pelas palavras-chave (ver Figura 1). A projeção consiste na supressão dos nós de artigos e o estabelecimento da meta relação das palavras-chave entre si. Esta rede unimodal inicial é formada por 800 palavras-chave (nós), conectadas por 2.654 arestas (ligações)^{iv}.

Figura 1 – Gráfico de rede unimodal de palavras-chave de 452 artigos produzidos por homens e mulheres sobre racialidades na geografia no Brasil entre 1939 -2019.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização própria.

Para prosseguir à operacionalização que permitisse um recorte das especificidades da produção feminina nas geografias das racialidades realizamos os mesmos passos

Os resultados obtidos estão apresentados em três seções. A primeira seção se dispõe a trazer reflexões em torno das relações de poder na produção científica, resultando em saberes silenciados, aqui especificamente identificados a partir do gênero e da raça. A segunda seção apresenta uma perspectiva geral da produção de artigos sobre as questões raciais na geografia brasileira, realizada por homens e mulheres. Por fim, a última seção discute sobre as similaridades e as diferenças da produção científica feminina nas geografias das racialidades.

Geografia brasileira e saberes silenciados: gênero e raça

Nossa compreensão de ciência parte do reconhecimento de um campo de relações de poder que através da tradição ritualística se mantém dominante a ponto de quase ser inquestionável, conforme apontam as autoras Joseli Silva e Tamires César, junto ao autor Vagner Pinto (2015), ao falarem da legitimidade que essa tradição científica confere a determinados temas, conceitos e agentes, em especial agentes do gênero masculino e da branquitude.

Para Geny Guimarães, (2020), as correntes científicas são criadas para explicar as realidades e possuem diferentes objetivos, sendo estes, variáveis ao longo do tempo e espaço, o que, por sua vez, nos ajuda a pensar o movimento existente na produção científica, aqui em especial na produção científica geográfica, não sendo estática, de única visão e verdade, até porque isso é o oposto da ciência, trata-se na realidade um dogma.

Seguindo o pensamento da geógrafa citada anteriormente, enxergamos na institucionalização das ciências modernas, o que inclui a institucionalização da geografia no início do século XIX na Europa e no século XX no Brasil, a criação de um conjunto sistêmico de normas que legitimam e orientam caminhos a serem seguidos para se fazer ciência. A premissa já conhecida de um padrão universal, neutro, racional e objetivo, resultando em uma ciência que nasce submersa no que entendemos como colonialidades.

A ciência moderna, identificada a partir da chamada 'revolução científica', no final do século XVI, cria uma formatação de 'nova forma de conhecimento' (outros conhecimentos anteriores já existiam, como o conhecimento popular, o filosófico e o religioso), que é acessível apenas para poucas pessoas, até hoje, ainda que por diferentes motivos, tendo majoritariamente como seus representantes legitimados homens e mulheres brancas, a exemplo dos próprios dados aqui apresentados.

Ressaltamos notadamente a existência de outros corpos racializados (além da branquitude) em espaços de reconhecimento, sobretudo, espaços ligados a produções intelectuais, todavia, como explica o historiador Gabriel Silva (2021), no texto denominado *Branquitude acadêmica: Poder epistêmico nas universidades brasileiras*, em países que foram colonizados, caso do Brasil, há uma parcela específica da sociedade (pessoas brancas) que possuem preferência social, o que o autor chama de "primazia social" (p. 47).

Para o autor são as características físicas ligadas ao resultado de outras colonialidades, como os poderes econômico, material e simbólico, e adicionamos, psicológico, que firma a identidade racial branca, ou seja, a branquitude, que pode ser entendida como a identificação de pertencimento étnico-racial da/o branca/o, mas também se dá como um “atributo simbólico em âmbito social” (p. 47). É a partir dos padrões da branquitude que formas e normas específicas de agir, de expectativas, de reprodução da manutenção de poder se formam, gerando as hierarquias culturais e organizacionais, presentes em toda a sociedade.

O padrão racial da branquitude cria uma alteridade racial subjugada pautada no pacto narcísico entre pessoas brancas, o que lhes confere uma preferência social ao mesmo tempo que invisibiliza o ser branca/o como uma raça, concedendo a tais sujeitas/os uma suposta neutralidade racial. É justamente esta neutralidade racial que certifica, dentro do espaço acadêmico e de divulgação científica, o poder epistêmico para os corpos modelos da branquitude acadêmica, contribuindo para a formação das universidades brasileiras, seja em suas escolhas metodológicas e práticas, mas também no seu consumo e organização espacial.

Segundo o autor:

O poder epistêmico, segundo Silva (2020), é histórico e tradicional no que se refere a práticas acadêmicas. Os pesquisadores brancos e brancas são formados a partir de uma trajetória histórica e tradicional do poder epistêmico, depois há a possibilidade de uma ruptura desse tradicionalismo, o que é possível perceber nas criações de novas escolas teóricas com o passar dos anos. Porém, a essência estrutural da ideia ‘branco-francesa’ continua agindo nas práticas acadêmicas (SILVA, 2021, p. 50).

Partir de uma visão que não naturalize tais pressupostos na produção científica e de saberes é praticar uma ruptura decolonial. Além disso, feminista e antirracista, que parte de uma corporificação dos saberes científicos. É preciso reconhecer seus e suas produtoras como tendo um corpo marcado por distinções de gênero, raça, idade, origem local, religião, sexualidade, entre outros. Os estudos corporificados da geografia, como as geografias feministas, geografias negras, geografias da sexualidade, geografia decolonial, etc, buscam alcançar pelo desenvolvimento teórico, epistemológico e metodológico próprio esta ruptura.

Não acreditamos aqui que o biológico fale mais alto do que os valores e aprendizados sociais, desta forma, é possível encontramos pessoas brancas, que mesmo tendo se formado de modo tradicional, dentro da ciência moderna, tem avançado em pautas que promovam uma justiça social considerando seus lugares sociais da branquitude, dentre outros, se tornando aliadas/os necessárias/os, bem como homens aliados as pautas e as ciências feministas, assim como pessoas do

norte global que produzem sobre os efeitos e a necessidade de avanço das ciências modernas coloniais, e etc.

Joseli Silva, Tamires César e Vagner Pinto (2020) propõem a desobediência epistemológica, atrelada as geografias feministas como uma possibilidade da visibilidade das mulheres na produção científica. Podemos ampliar a mesma possibilidade, a depender das intencionalidades de quem produz uma pesquisa, para a visibilidade de outras concepções de mundo, seja a partir de outras experiências espaciais, raciais, de sexualidade, de idade, capacidade física, religião, etc.

Do mesmo modo, Geny Guimarães (2020) aponta que as geografias negras se constituem como mais uma possibilidade para a construção do saber e do fazer ciência. Porém, uma ciência diferente dos modelos modernos, e para isso a autora indica a necessidade de produzirmos teorias, métodos e metodologias próprias, não outras, entendo que 'outras/os' se formam a partir do olhar de alteridade, concepção da autora Sueli Carneiro (2005).

Nesta concepção, o que é tido como 'outra/o', seja por imposição externa ou por autoidentificação, é visto como subjugado, e sua existência se dá pela reafirmação do modelo padrão. É por existir um padrão que existe o 'outro', e neste caso, almejamos negar a centralidade da alteridade da branquitude na produção científica, por isso concordamos com Geny Guimarães (2020) ao se identificar com uma produção que é própria, e não outra.

Sendo assim, não se trata de uma outra geografia, e sim de uma geografia própria. Porém, a própria autora assinala que propor essa mudança na geografia não é simples, tendo em vista que uma análise da dimensão racial do espaço – e podemos inserir a dimensão feminista do espaço – requer um tratamento diferente do que vem sendo feito majoritariamente, até então. A exemplo dos estudos racistas e machistas que sempre estiverem na geografia, desde a sua concepção.

Vale ressaltar que alguns estudiosos e estudiosas já vinham tratando a questão racial e de gênero na geografia brasileira, ainda no século passado, a exemplo do Milton Santos e a questão racial, e de Rosa Ester Rossini com a produção de gênero, todavia, para ambos, tais pontos não eram centrais em suas obras, até mesmo pela influência do contexto de suas produções. Contudo, essas abordagens demonstram que eles já tinham uma preocupação com o tema. As propostas antirracistas e feministas na geografia brasileira existem há algum tempo, não são necessariamente novas, mas são mais recentes se comparadas a geografia produzida desde a institucionalização.

Um alerta é acionado por Geny Guimarães (2018) sobre os limites da ciência e sua perspectiva de interpretação de mundo, pois outras relações, além das materialidades cotidianas, influenciam em como sentimos e experimentamos o mundo, coisa que possivelmente uma ciência moderna rígida em seu rigor científico, racionalista, neutro, etc, não poderá explicar, o que demanda a necessidade de uma intersecção na própria forma de diálogo de saberes. Apenas uma visão não dá conta da complexidade que é a realidade.

Ao pensar a história da ciência geográfica brasileira, Geny Guimarães (2015) indica como a geografia brasileira reproduz(iu) uma ciência racista, já que sua principal base é europeia (francesa, inglesa e alemã) e norte-americana, e isso se desdobra em todas as suas ramificações. Uma geografia que considere a existência do racismo e do machismo como categoria da realidade e de análise são duas indicações sobre posicionalidades científicas, com intencionalidades explícitas, para combater essa reprodução, sendo uma geografia antirracista e feminista.

Todavia, para que isso aconteça na prática, uma disputa com o grupo hegemônico é acionada ao valorizarmos alternativas que não mais são colocadas em um lugar marginal ou inferior, onde:

As arenas (Santos, 2011) formadas pelas disputas são estabelecidas também de forma desigual e estão baseadas na hierarquia sócio-ambiental, na qual o grupo hegemônico se beneficia por conta de estar historicamente à frente da institucionalidade e legitimidade (GUIMARÃES, 2015, p. 240).

Katherine Browne (2014) aponta que a hegemonia anglo-americana/anglo-saxã, a língua da ciência moderna, que tem muita influência sobre a geografia, tem sido tensionada por uma série de intelectuais, muitas vezes, mas não exclusivamente, do sul global, assim como por nativas/os de línguas que não sejam o inglês.

Quem de alguma maneira é marginalizada/o começa a perceber as amarras sistêmicas que uma ciência calcada na modernidade impõe a uma parcela da nossa sociedade. Novamente, é o sentimento que vem das experiências vividas (experiências que não necessariamente são marginais, são variáveis de acordo com relações, espaços, etc) que reformulam as perguntas, as formas de visualização e criação de fenômenos e abordagens científicas.

A autora indica que não se trata de uma hegemonia binária de ‘anglo-americanos’ versus ‘outros’, e sim de um pensar que acolhe a complexidade desta relação, além de ser necessário reconhecer que há pessoas solidárias do lado considerado hegemônico, por mais que isso seja difícil. São pessoas que reconhecem e refletem sobre as relações de poder (pessoais e profissionais) que se dão pelos privilégios que constroem a alteridade.

Para Lorena Souza e Alex Ratts (2009) as relações de poder se manifestam de maneira visível e/ou invisível, a depender das estratégias dos grupos que detêm o poder. Podemos observar, ainda conforme a autora e o autor, que as relações desiguais de poder geram segregação espacial a alguns grupos que não possuem predominância de privilégios na formação social do Brasil.

Todavia, vale lembrar que além da segregação espacial, muitos destes grupos que não detêm o poder, também sofrem uma segregação social que a sociedade racista e sexista promove, onde “alcançar uma formação, tida como superior, e prosseguir em uma carreira acadêmica, tornando-se uma intelectual em determinada área, já

configura uma “saída do seu lugar social predeterminado”, se tratando de mulheres negras” (SOUZA; RATTS, 2009, p. 102). Entretanto, também não podemos pensar que apenas o fato de ter corpos fora da branquitude em espaços que ‘socialmente’ não lhe cabem, é o suficiente, pois mesmo espaços tidos como progressistas, a exemplo da Universidade, reproduzem hierarquias e segregações.

Retornamos com Joseli Silva, Tamires César e Vagner Pinto (2015) quando acreditamos que este trabalho, ao focar nas feminilidades para a compreensão de gênero, apresenta um suporte a um contradiscurso epistemológico que visa produzir visibilidade às problemáticas que a geografia em sua análise espacial hegemônica ignora. Todavia, indo além das dimensões de gênero ao possibilitar um diálogo interseccional entre gênero e raça, tornando-se também um trabalho antirracista.

Sendo assim, reconhecemos a importância das intencionalidades em saberes científicos que almejam uma mudança social, aqui a partir de debates que circulam as discussões generificadas e racializadas, o que para as geógrafas Tamires César e Joseli Silva (2021) compõe parte do jogo científico que é repleto de símbolos corporificados e materializados de forma concreta e cotidiana.

Para Paula Quaresma (2019) a ciência é composta de relações de poder que fazem parte de jogos sociais mais amplos. A academia é mais um espaço que reproduz relações estruturais que ocorrem fora deste ambiente, a exemplo das disputas por visões de mundo, recursos econômicos e prestígios, padrões que estabelecem hierarquias em diferentes contextos.

Com isso, reconhecemos a ciência como fruto de ações humanas, com interesses e subjetividades, o que nos faz crer no caráter científico e político deste trabalho. As estruturas epistemológicas que se estabelecem não são neutras, mas constituidoras das relações de poder entre agentes diferentemente posicionados nas redes do fazer científico. Na seção a seguir evidenciamos como as geografias das racialidades se constituíram a partir de determinados campos de interesse.

Conceitos e temas hegemônicos das geografias das racialidades

A geografia moderna, está estruturada a partir de relações de poder, que negligencia determinadas discussões, como reflexões sobre raça, gênero e sexualidade. Esses temas são considerados como militância (GUIMARÃES, 2015) ou até mesmo excluídos do campo geográfico, de acordo com Joseli Silva (2009).

Desde os primórdios do pensamento geográfico moderno (colonial) no final do século XIX, as questões raciais têm sido explicitamente debatidas nas publicações dos principais teóricos, como Ratzel e La Blache (CIRQUEIRA, 2015). A partir da leitura desses formuladores da geografia moderna, pode-se observar que a branquitude foi estabelecida como um projeto de poder civilizatório ocidental. Por outro lado, a negritude e os não-brancos foram retratados como símbolos de atraso, aguardando a salvação pelo homem branco.

Guerreiro Ramos (1995 [1957]) adverte que, na ciência, o negro é frequentemente tratado como objeto de investigação pelos brancos, não sendo reconhecido como sujeito de sua própria história. O autor propõe a distinção entre *negro-tema* e *negro-vida*. No primeiro caso, o *negro-tema* é abordado como um objeto a ser analisado e examinado, seja como uma figura mumificada ou como um ser curioso e exótico. Essa abordagem resulta em interpretações fictícias, inadequadas e enganosas.

Oliveira (2006) argumenta sobre as arenas de embates formadas no meio científico, voltadas, principalmente, por disputas de poder e pela hegemonia de temas e conceitos. Oliveira (2006) está argumentando a partir de arenas políticas do Hip-Hop, destacando como esse movimento cria espaços de luta e disputa que envolvem as relações sociais e produzem suas próprias arenas. Podemos também considerar que a própria ciência forma arenas de disputa que envolvem temas, conceitos, sujeitos e as pessoas que a fazem.

Esse aspecto se torna relevante no campo das racialidades na geografia brasileira, pois é marcado por disputas espaciais para ser reconhecido como parte integrante do conhecimento geográfico, pois as “arenas políticas apontam as dimensões das ações, tais como os lugares de onde falam os sujeitos envolvidos, os instrumentos de luta e a diversidade de métodos” (OLIVEIRA, 2006, p. 85).

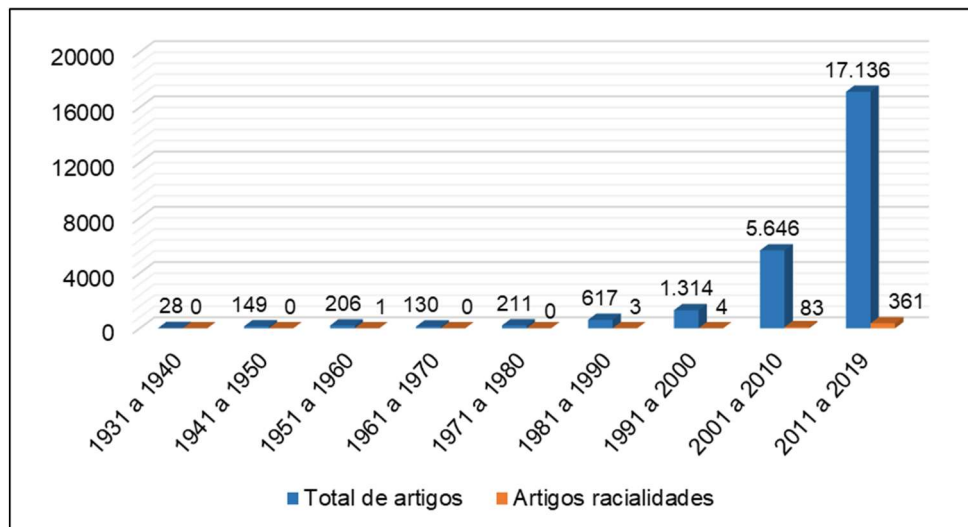
Cirqueira e Corrêa (2014) fizeram um levantamento de teses e dissertações sobre as questões raciais, produzidas na geografia brasileira entre 1987 e 2012. Os autores encontraram um volume de 54 trabalhos, sendo 13 teses e 41 dissertações. Para a análise desse material, grupos de temas foram criados, conforme a discussão predominante.

Seguindo uma metodologia parecida, Santos (2022), em sua tese de doutorado, realizou um levantamento das teses e dissertações defendidas nos programas de Geografia com o tema das racialidades no período de 1987 a 2018, ampliando em seis anos o recorte temporal de Cirqueira e Corrêa (2014). Santos (2022) utilizou o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, realizando a busca a partir de descritores, ou seja, termos que identificam os trabalhos que tem relação com as questões raciais. Com base nesse levantamento, Santos (2022) teve o retorno de 125 trabalhos, sendo 86 dissertações e 40 teses, sendo somente 1,65% de toda a produção nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil em termos de teses e dissertações.

Em relações as temáticas desenvolvidas nas discussões raciais no conhecimento geográfico brasileiro, Cirqueira e Corrêa (2014), realizaram a classificação das teses e dissertações em quatro grandes grupos comuns, denominadas tendências, sendo elas: espaço e relações étnico-raciais; identidades e territorialidades negras; geopolítica dos países africanos; e território e lugar das manifestações culturais negras. Santos (2022) utilizou essa mesma classificação, retirando somente a geopolítica dos países africanos e acrescentando duas: Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira e Corporeidades negras no espaço e território.

Tal como já verificado por pesquisadores e pesquisadoras da produção científica na modalidade de teses e dissertações, é possível afirmar que na modalidade de artigos científicos, a abordagem racial também é reduzida, mas em ascensão, como pode ser visto no Figura 3 que segue.

Figura 3 – Produção científica na geografia e a produção sobre as racialidades no Brasil entre 1939 a 2019.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

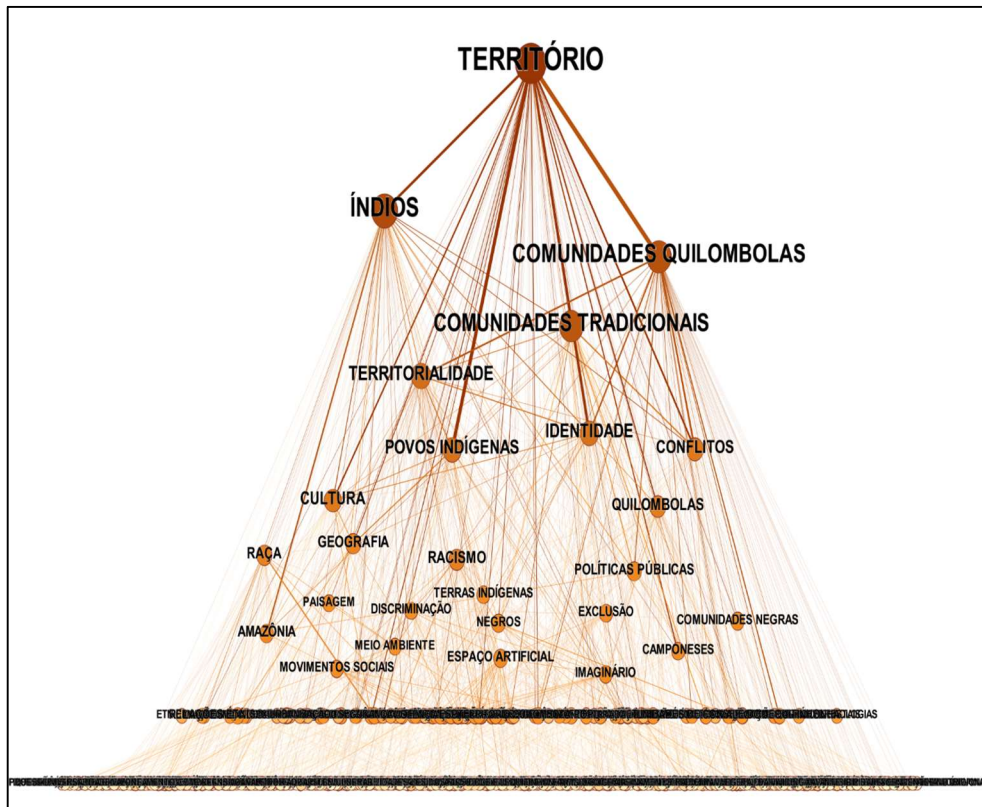
Como já explicitado na introdução desse artigo, no conjunto de 25.437 artigos publicados em 98 revistas on-line (1939-2019) nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 de avaliação do Sistema Qualis-Capes (quadriênio 2013-2016), foram identificados apenas 452 artigos referentes às racialidades. Isso significa apenas 1,8% do universo tomado por base.

Para a análise do universo temático e conceitual dos artigos das racialidades, foram utilizadas as palavras-chave dos 452 artigos produzidos por homens e mulheres, a partir da rede inicial já explicitada na Figura 1. As palavras-chave dos artigos desempenham um papel importante na indicação dos temas e conceitos presentes nas pesquisas, pois revelam as semelhanças nos termos utilizados em um campo científico. O uso de uma determinada palavra-chave reflete a adoção conceitual empregada na epistemologia da geografia. Isso demonstra que a escolha das palavras-chave reflete a intenção do/a autor/a em dar visibilidade aos conceitos e temas abordados no campo de estudo.

A exploração topológica da rede inicial permitiu identificar as hierarquias das palavras-chave em termos temáticos e abordagens conceituais. O território é o conceito chave dos estudos das racialidades. O território entendido como de direito à

vivência das identidades indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais são as ligações mais significativas, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Gráfico de rede topológica das palavras-chave com maior centralidade de grau ponderado de 452 artigos produzidos por homens e mulheres sobre racialidades na Geografia no Brasil entre 1939 -2019.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Através do grafo de rede topológica e das métricas de grau ponderado apresentadas na tabela 1, é possível identificar claramente quais são as palavras-chave mais importantes nos artigos sobre racialidades. O termo "território" destaca-se como central, sendo o mais utilizado nos artigos, seguido por "índios", "comunidades quilombolas" e "comunidades tradicionais", conforme evidenciado na tabela 1. A partir dessas palavras-chave centrais, é possível compreender como o campo das racialidades na geografia está estruturado em termos de temáticas, uma vez que se destaca a abordagem das questões relacionadas aos territórios das comunidades tradicionais, tanto indígenas quanto quilombolas.

Tabela 1 – As 10 palavras-chave com maior centralidade de grau ponderado da rede topológica de 452 artigos produzidos por homens e mulheres sobre racialidades na geografia no Brasil entre 1939 -2019.

Palavra-chave	Grau ponderado
Território	229
Índios	175
Comunidades Tradicionais	160
Comunidades Quilombolas	152
Territorialidade	104
Identidade	94
Povos indígenas	93
Cultura	78
Conflitos	78
Quilombolas	68

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Como observado no grafo de rede topológica (Figura 3), as arestas que conectam os nós estão organizadas conforme a intensidade das relações que compartilham, ou seja, as relações estabelecidas por elas com os artigos. Para destacar essas relações de forma mais explícita, a tabela 2 apresenta os relacionamentos mais significativos entre as palavras-chave.

Tabela 2 – As 10 arestas com maior peso de relação entre as palavras-chave da rede topológica de 452 artigos produzidos por homens e mulheres sobre racialidades na geografia no Brasil entre 1939 -2019.

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
Território	Comunidades quilombolas	15
Povos indígenas	Território	13
Identidade	Território	10
Índios	Território	9
Conflitos	Território	7
Conflitos	Comunidades quilombolas	7
Amazônia	Índios	6
Cultura	Território	6
Identidade	Comunidades quilombolas	6
Territorialidade	Comunidades quilombolas	6

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Entre as 24 principais relações entre as palavras-chave, doze delas estão relacionadas às comunidades tradicionais. Isso demonstra que o campo das racialidades na geografia brasileira está concentrado no debate sobre as territorialidades rurais de

comunidades quilombolas e indígenas, principalmente. Essa realidade remonta à formação histórica do Brasil, baseada no colonialismo, que definiu a propriedade da terra como instrumento de poder branco. A centralidade do território nas discussões sobre as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas também está ligada às questões de políticas públicas de acesso à educação e ao ensino superior (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014).

Outro importante fator foi a crescente preocupação com as comunidades indígenas e quilombolas, resultando na implementação de políticas públicas pelo Governo Federal para demarcar e titular territórios dessas comunidades após os anos 2000. A criação dessas políticas públicas esteve diretamente ligada à titulação das comunidades, e as universidades desempenharam um papel essencial na realização de relatórios para a demarcação desses territórios.

Conforme o relatório de titulação de comunidades quilombolas da Fundação Palmares, observou-se um aumento significativo no número de titulações dessas comunidades a partir dos anos 2000. Essa tendência refletiu-se no campo das racialidades da geografia, onde os territórios indígenas e quilombolas assumiram um papel central durante esse período. Isso evidencia o desenvolvimento do campo, impulsionado por políticas públicas que buscavam a titularidade das comunidades e que emergiram das lutas dos movimentos sociais em nível nacional.

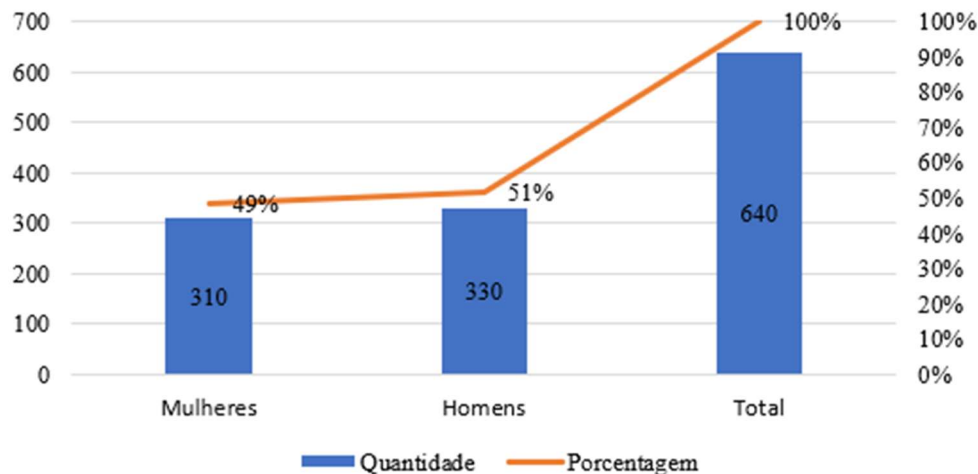
As similaridades e diferenças da produção científica feminina nas geografias da racialidades

No texto *Geografia brasileira, poder, gênero e prestígio científico*, Tamires Cesar e Joseli Silva (2021) apontam que “as mulheres são vozes fundamentais dos questionamentos à autoridade científica centrada na razão universal, neutra e objetiva” (p. 247), e partimos desse pressuposto para buscar entender as similaridades e diferenças da produção generificada nas geografias da racialidades.

A produção científica sobre as racialidades é bastante equilibrada em termos de presença de homens e mulheres nas autorias de artigos científicos. A Figura 5 evidencia esta tendência.

Apesar do equilíbrio numérico em termos de quantidade de autorias entre homens e mulheres, quando se observa parâmetros de produtividade (quantidade de artigos produzidos) e de legitimação acadêmica (os índices de citações de autorias), ficam evidentes dois aspectos de privilégios nesse conjunto de autorias, o masculino e o branco. Na Tabela 3 são os homens que predominam nas 10 primeiras posições de produtividade acadêmica no conjunto de produção de artigos sobre racialidades publicados nas revistas de geografia analisadas. Os dois nomes femininos que figuram nessas posições são de pessoas brancas.

Figura 5 – Total de autorias masculinas e femininas dos artigos sobre racialidades na geografia brasileira entre 1939 a 2019.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Tabela 3 – As 10 posições de autorias com maior produtividade científica, considerando os artigos publicados na área de geografia no Brasil entre 1939 a 2019.

Autores	Quantidade de artigos	Instituição	Gênero
Alex Ratts	14	UFG	M
Adnilson de Almeida Silva	6	UNIR	M
Cicilian Luiza Löwen Sahr	6	UEPG	F
Lúís Fernando da Silva Laroque	6	UNIVATES	M
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	6	UnB	M
Alex Mota Santos	5	UFSB	M
Diogo Marçal Cirqueira	5	IEAR-UFF	M
Lucas Bento Silva	5	UFG	M
Maria Aparecida dos Santos Tubaldini	5	UFMG	F
Rafael José Navas da Silva	5	UFAL	M

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Quando consideradas as autorias de maior produtividade (pessoas que possuíam 5 ou mais artigos publicados nas revistas de geografia) e consultado o índice de citação^{vi} o padrão se mantém. Das 11 pessoas identificadas, 9 são homens (brancos (2) e negros (7), todos cis, e das 2 mulheres reconhecidas, ambas são brancas e cis.

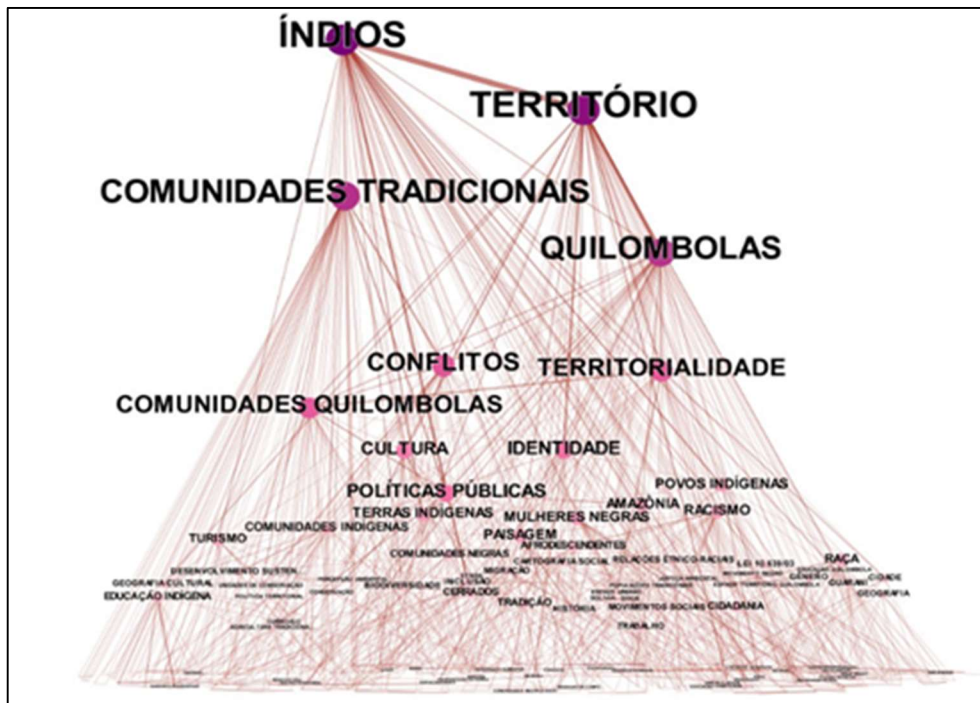
Se as mulheres têm sido fundamentais na produção do campo das racialidades, elas não conseguiram protagonismo, notadamente quando são negras. Apesar da presença fundamental das mulheres negras para o desenvolvimento do campo das

racialidades, elas não conquistaram atenção, fazendo com que elas operem uma tradição epistemológica majoritariamente masculina.

O conjunto de produção científica onde as mulheres figuram como primeira autoria são 211 artigos, 47% do total. A partir da rede inicial unimodal dos 211 artigos produzidos por mulheres (Figura 2), apresentada na introdução, foi realizada a exploração topológica expressa na Figura 6, que possibilita a percepção tanto da continuidade de tendência temática e conceitual, como de inovação no campo analisado.

A exploração da rede topológica (Figura 6), associadas às métricas apresentadas nas Tabelas 3 e 4 da produção das mulheres evidencia que o “território” se mantém como conceito central da análise das racialidades, embora perca uma posição para o tema “índios”. A comparação entre as Figuras 5 e 6 evidenciam que os mesmos termos são preponderantes nas redes, embora apresentem posições hierárquicas com pequena variação. Permanecem importantes as “comunidades tradicionais”, “quilombolas”, “conflitos”, “territorialidade”, “comunidades quilombolas”, “territorialidade”, “identidade” e “cultura”. As referências sobre “políticas públicas”, apesar de também aparecer na exploração topológica, ela ganha maior destaque na produção feminina.

Figura 6 – Gráfico de rede topológica das palavras-chave com maior centralidade de grau ponderado de 211 artigos produzidos por mulheres sobre racialidades no Brasil entre 1939-2019.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

O diferencial da rede de conhecimento geográfico das racialidades produzida por mulheres é a evidência na hierarquia das “mulheres negras” e “gênero”, imperceptível na rede topológica da Figura 3.

A exploração do peso das relações entre as palavras-chave (arestas) da rede topológica da produção feminina é que se evidencia a inovação do campo e sua complexificação. São as mulheres que trazem a importância da intersecção das relações raciais com gênero nos sistemas de opressão. A Tabela 4 destaca as relações mais significativas entre as palavras-chave compartilhadas entre os artigos de produção feminina.

Tabela 4 – As 10 palavras-chave com maior centralidade de grau ponderado da rede topológica de 211 artigos produzidos por mulheres sobre racialidades no Brasil entre 1939 -2019.

Palavra-chave	Grau ponderado
Índios	38
Território	34
Comunidades Tradicionais	25
Quilombolas	24
Conflitos	15
Comunidades Quilombolas	14
Territorialidade	14
Identidade	10
Políticas Públicas	10
Cultura	9

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Tabela 5 – As 10 arestas com maior peso de relação entre as palavras-chave da rede topológica de 211 artigos produzidos por mulheres sobre racialidades no Brasil entre 1939 -2019

Palavra-chave	Palavra-chave	Peso
Índios	Território	12
Quilombolas	Território	6
Cerrado	Índios	4
Identidade	Território	5
Comunidades Quilombolas	Territorialidade	3
Comunidades Tradicionais	Conflitos	3
Comunidades Tradicionais	Políticas Públicas	3
Educação Indígena	Saberes Tradicionais	3
Gênero	Raça	3
Índios	Povos Indígenas	3

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Grande parte da similaridade da produção científica feminina sobre as racialidades com a produção hegemônica se dá atrelada aos estudos das comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), associadas à preservação de culturas e manutenção de modos específicos de existência. Embora esta produção traga os conflitos que se estabelecem pela luta dos territórios tradicionais, é perceptível a não centralidade dos termos “raça” e “racismo”. As sobre rede topológica geral das geografias das racialidades e rede topológica de produção científica feminina evidenciam uma produção científica das racialidades que priorizam o direito à diferença cultural e seus territórios, discurso mais palatável em uma estrutura acadêmica racista. Explicitar as palavras “raça”, “racismo”, “antirracismo” é uma posição minoritária e recente na geografia brasileira das racialidades.

A importante especificidade da contribuição feminina veio das autoras negras. São elas que introduzem a relação raça e gênero como entrelaçadas nos processos espaciais. Essa produção é pequena, desenvolvida por mulheres pesquisadoras negras jovens cujo prestígio científico em termos de índices de citações é pequeno. Entretanto, é uma posição disruptiva que merece destaque, pois tensiona o campo hegemônico das racialidades, fortemente influenciado pela hegemonia masculina, ou feminina branca. Há uma tendência nos artigos produzidos por mulheres como primeiras autoras sobre racialidades na geografia brasileira de obedecer ao padrão consolidado de um caminho teórico, epistemológico e conceitual, facilitando a expansão da visibilidade de seus trabalhos no campo.

Entretanto, é possível identificar vozes recentes, dissonantes do campo hegemônico, trazendo as mulheres negras para o centro do debate. São pesquisadoras negras, em geral, jovens e pouco visíveis na estrutura acadêmica.

Entre os 211 artigos produzidos por mulheres em primeira autoria que discutem a questão racial entre 1939 a 2019 no Brasil na área da geografia, apenas 17% (35) deles trazem abordagens interseccionais, sendo o restante 83% (176) neutro sobre a importância das relações de gênero na constituição das experiências espaciais racializadas. O campo das geografias das racialidades evita o debate de gênero e sexualidades, fortemente desenvolvido pelo feminismo negro.

O Figura 7 sintetiza a análise dos 17% dos artigos que apresentavam alguma relação interseccional. Neste gráfico separamos “classe”, “gênero”, “geração” e “religião”, pois todos os trabalhos, minimamente dialogam com as racialidades. Contudo, nestas 4 temáticas é nítida a predominância desses temas em relação as questões raciais. Nas outras classificações, porém a relação entre raça e outras abordagens estava mais clara como em: “gênero e sexualidades”, “gênero, raça e geração”, “raça e classe”, “religião, raça e classe”, “gênero, raça e classe” e “gênero e raça”.

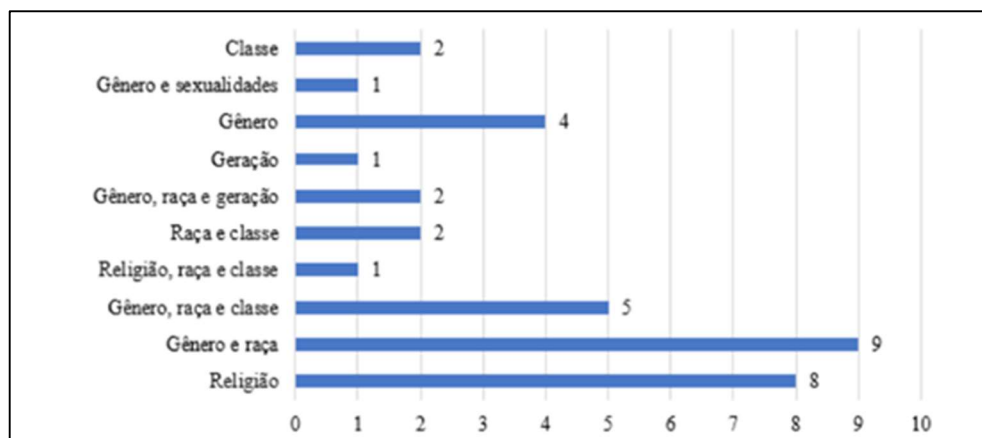
Tabela 6 – Artigos sobre racialidades na geografia brasileira escritos por mulheres na primeira autoria que centralizam sua análise nas mulheres negras.

Artigo	Autoras	Revistas
Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: Espaço e representação	Lorena Francisco de Souza; Alecsandro Ratts	Boletim Goiano de Geografia, v. 28 n. 1, 2008
Meninas quilombolas: Um olhar sobre gênero e lugar	Juliana Berg; Carla Luciane Blum Vestena	Terr@ plural, v. 8. n. 2, 2014
Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: Uma perspectiva para as políticas públicas	Jessica Mara Raul	E-metrópolis, n. 22, ano 6, 2015
Ação política e pensamento das mulheres negras nas Américas: Uma perspectiva sobre a diáspora africana	Sônia Beatriz dos santos	Espaço e cultura, n. 38, 2015
Mulheres negras, remoção e alinhamentos discursivo: A vida no bairro carioca de triagem	Jessica Mara Raul	Espaço e cultura, n. 38, 2015
Proposta de geração de renda para o desenvolvimento sustentável em comunidades tradicionais da região amazônica	Iracema Pinto de Souza; Carlos Itsuo Yamamoto; Elaine Vosniak Takeshita; Alvaro Luiz Mathias	Revista Ra'e Ga, v. 33, 2015
Histórias de trabalho de mulheres negras com ensino superior	Denise Macedo Ziliotto; Leticia Laureano dos Santos	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 6, n. 2, 2015
Femmes en négritude: Intelectuais negras silenciadas	Rosânia Oliveira do Nascimento	Entre-Lugar, v. 7, n. 13, 2016
Inserção da mulher negra brasileira no mercado de trabalho no período de 1980 – 2010	Andréa aparecida esteves mendes; Maria Luiza Lilan	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 7, n. 2, 2016
A trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra dentro da universidade	Ariane Senna	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, 2018
A territorialidade dos corpos femininos negros	Thaís Gomes do Santos	Revista Tocantinense de Geografia, ano 7, n. 13, 2018

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Como tem sido convencional na abordagem interseccional, grande parte dos trabalhos apresentam um diálogo entre raça, gênero e classe, ora dialogando mais intensamente com dois eixos de opressão e ora intensificando um terceiro eixo estrutural de opressão. Outro campo temático que se destacou, com 9 entre os 35 trabalhos com abordagem interseccional, foi o da religião, onde 8 trabalhos tem a religião como foco central e 1 trabalho dialoga com religião, classe e raça. Vale destacar que os artigos sobre as expressões religiosas afro-brasileiras, assim como a presença de mulheres, gênero e classe estejam presentes, os elementos são tratados culturalmente, sem aprofundar esses aspectos como importantes estruturas de opressão que compõem o fenômeno. Esta mesma ideia foi identificada na tese de Santos (2022) em que ela afirma haver uma tendência ao apagamento da questão racial crítica e antirracista nos trabalhos produzidos no campo das racialidades.

Figura 7 – Temáticas interseccionais dos artigos sobre racialidades, escritos por mulheres na primeira autoria.



Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, levantamento em 2021. Organização: própria.

Outro aspecto importante dos trabalhos com abordagem interseccional é a não corporificação da abordagem da complexidade do debate de classe, gênero, raça, religião e sexualidade como sendo eixos de estruturação social vivenciados pelos sujeitos. Entretanto, os corpos não aparecem de forma predominante como escalas espaciais ativas na vivência espacial das pessoas racializadas.

Enfim, a produção das mulheres nas geografias das racialidades incorpora tanto similaridades, como diferenças com o campo estabelecido. O debate explícito sobre raça e racismo foi escamoteado sendo privilegiados os estudos das comunidades tradicionais, não raras vezes associados às demandas públicas para a regularização de territórios tradicionais. Entretanto, são as mulheres negras que inovam o campo com a associação de análises de gênero e outras categorias identitárias, promovendo maior complexidade ao campo.

Apesar de ser um campo marginalizado, tanto a questão de gênero, quanto as questões raciais na perspectiva antirracista, observamos que tal debate cresce a partir da virada do século, sobretudo após a década de 2010 e protagonizado por mulheres, o que representa uma elevação da tensão e da transformação na ciência geográfica e na própria ciência moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou as especificidades da produção científica feminina nos movimentos epistemológicos das geografias das racialidades. É importante reconhecer que o espaço acadêmico, onde o conhecimento científico é produzido e divulgado, não é neutro. Devemos considerar quem tem acesso e permanece nesse espaço, pois isso é fundamental para compreender quem tem tido voz e influência na geografia brasileira, especialmente no que diz respeito à discussão racial na disciplina.

A ciência hegemônica, ou seja, aquela que estabelece e mantém as normas, é caracterizada por uma prática que privilegia certos corpos, temas, teorias, conceitos, métodos e metodologias. Isso resulta na criação de um perfil representativo do conhecimento legitimado e validado, conforme as normas estabelecidas e amplamente aceitas pela sociedade.

Foi possível identificar que o campo das racialidades na geografia brasileira foi construído com base nas lutas pelo território das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, mas escamoteando as discussões do privilégio branco e do racismo.

Os resultados das análises da produção feminina evidenciaram similaridades conceituais e temáticas com a tradição do campo das geografias das racialidades. O território é o conceito central e as comunidades tradicionais quilombolas e indígenas são focos hegemônicos.

Entretanto, é a produção feminina que elabora conexões entre raça e gênero, possibilitando a complexificação da análise das racialidades na geografia brasileira. Outro destaque da especificidade feminina é a produção recente centralidade sobre as mulheres negras e suas experiências espaciais racializadas.

A recente expansão da produção científica sobre as racialidades na geografia tem enfrentado uma estrutura científica marcada por privilégios de raça. Contudo, o campo das geografias que tratam das racialidades também reproduz o poder masculino sobre a produção científica das mulheres negras. Elas são fundamentais para o desenvolvimento do campo, são agentes políticos que lutam contra a estrutura racista, mas elas não têm conseguido conquistar espaços importantes de legitimidade acadêmica e prestígio científico.

Apesar disso, é a produção das pesquisadoras jovens negras que irrompe o campo reivindicando o lugar da mulher negra na produção do espaço, sobretudo questionando o privilégio branco e masculino sobre seus corpos.

REFERÊNCIAS

- BROWNE, Katherine. Contestando o privilégio anglo-americano na produção do conhecimento em geografias das sexualidades e de gênero. In: SILVA, Maria das Graças; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: 2014. p. 135 – 156.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CESAR, Tamires; SILVA, Joseli. Geografia brasileira, poder, gênero e prestígio científico. **Revista Da ANPEGE**, v.17, n. 32, p. 244 – 258, 2021.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1980 – 1930)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnica-racial na Geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**, v. 10, n. 13, p. 29-58, 2014.
- FERETTI, Vandro Elaino; JUNCKES, Ivan Jairo; CLEMENTE, Augusto Junior. Ciência política e análise de redes: uma metodologia para o mapeamento de comunidades temáticas. **Guaju**, Matinhos, v.4, n.2, p. 229-251, 2018. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/57497/37278>>. Acesso em 10 jun. 2023.
- GUIMARÃES, Geny. **Rio Negro de Janeiro: Olhares geográficos de suas heranças negras e o racismo no processo – projeto patrimonial**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.
- GUIMARÃES, Geny. A Geografia desde dentro nas relações étnico-raciais. In: NUNES, Marcione Denys dos Reis; SANTOS, Ivaneide Silva dos; MAIA, Humberto Cordeiro Araújo (Orgs.). **Geografia e Ensino: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente**. Salvador: EDUNEB, 2018, p. 67 – 94.
- GUIMARÃES, Geny. Geo-grafias negras e Geografias Negras. **Revista da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os**, v. 12, n. Edição Especial – Caderno temático de Geografias Negras, p. 292 – 311, 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cardernos Pagu**, s/v. n. 5, p. 7 - 41, 1995.
- HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018.
- OLIVEIRA, Denilson Araujo de. **Territorialidades no Mundo Globalizado: outras leituras de Cidade a partir da cultura Hip Hop**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957].

SANTOS, Mariza Fernandes. **A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SILVA, Edson; SILVA, Joseli. Ofício, engenho e arte: Inspiração e técnica na análise de dados qualitativos. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 132 – 154, 2016.

SILVA, Edson; et al. Técnicas de análise de conteúdo: Experiências de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 401 – 425, 2017.

SILVA, Gabriel. Branquitude acadêmica: Poder epistêmico nas universidades brasileiras. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, p. 46 - 54, 2021.

SILVA, Joseli; CESAR, Tamires; PINTO, Vagner. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 185 - 200, 2015.

SILVA, Joseli; CESAR, Tamires; PINTO, Vagner. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamarion Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (Orgs). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: Dilemas estruturais à Covid-19**. Editora UNIFAL – MG, 2020, p. 14 – 29.

SILVA, Joseli. Fazendo Geografia: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25 – 54.

SOUZA, Lorena; RATTS, Alex. Espaço, cultura e poder: Gênero e raça em análise na geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 1 p. 97 – 110, 2009.

QUARESMA, Paula. Pesquisa, extensão e invisibilidades sociais: reflexões sobre ausências e emergências a partir da Geografia brasileira. **Revista de Extensión Universitaria +E**, v.11, p. 10 - 31, 2019.

Contato com o autor: cintia.slisboa@gmail.com

Recebido em: 18/07/2023

Aprovado em: 19/05/2024

i O Observatório da Geografia Brasileira (OGB) é um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) desde 2008. O OGB oferece à comunidade geográfica brasileira, estudantes, professores(as) e pesquisadores(as), a possibilidade de explorar o nosso acervo e produzir análises sobre a Geografia Brasileira. Como a alimentação das informações é constante, é preciso deixar claro que a base foi consultada em maio de 2021.

ii Disponível em <<http://openrefine.org>>

iii Disponível em <<https://gephi.org/>>

iv Os arquivos no formato 'csv' utilizados para a montagem das redes estão disponíveis para verificação e teste em: <<https://www.kaggle.com/datarepositoty1/geografia-e-racialidade>>

v Os arquivos no formato 'csv' utilizados para a montagem das redes estão disponíveis para verificação e teste em <https://www.kaggle.com/datarepositoty1/geo-racialidade-genero>

vi O índice H é variável, dependendo da dinâmica de publicações de artigos e suas citações. A data da coleta que embasou este argumento foi em 13/04/2021.